

Modiano explica privatização

por Maria Clara R.M. do Prado
de Nova York.

A forma como o governo prevê a equalização entre as várias moedas que poderão participar do programa de privatização foi o ponto que mais atraiu a curiosidade do público que atendeu ao painel dedicado ao BNDES, no seminário sobre "Brasil na década de 90: oportunidades de negócios, com modernização econômica", promovido por este jornal e o Council of the Americas, em Nova York.

Os representantes de empresas e bancos estrangeiros queriam saber como será feita a transformação de cruzeiros, cruzados novos, certificados de privatização (CP) e títulos de crédito junto ao Brasil, os chamados DFA (deposit facility agreement), em ações das empresas privatizáveis.

O presidente do BNDES e da Comissão de Privatização, Eduardo Modiano, informou que as várias moedas terão de ser convertidas primeiro em "direitos de conversão", um atestado que não vai existir fisicamente mas que ficará registrado nos computadores do Banco Central, em nome da pessoa que adquiriu aquele direito em um leilão de DFA ou que quiser trocar o seu CP (a troca aqui deve ser feita fora de leilão, pelo valor ao par). Cruzeiros e cruzados novos devem ter regras similares para o acesso à aquisição das ações oferecidas pelo governo. Modiano ressaltou que não deve haver leilão de cruzados novos para transformação em "direitos de conversão".

LEILÃO DE MOEDAS

Com os "direitos de conversão" na mão, o interessado poderá participar dos leilões de privatização propriamente ditos. Modiano indicou que o governo pensa em fixar o leilão de moedas uma semana antes da data marcada para a venda pública das ações das estatais. O Banco Central vai determinar as regras para a troca de DFA por "direitos de conversão",

imaginando que às 25 melhores ofertas em termos de deságio sejam aceitas para concorrer em determinado tipo de leilão de ação.

Quem ficar com um "direito de conversão" e não efetivar sua troca por ações de empresas privatizáveis acabará tendo problemas, mas a intenção do governo é separar os leilões de conversão de modo a realizar um leilão antes de cada sessão de venda de ações.

LISTA DE PRIVATIZÁVEIS

Tanto Modiano quanto o diretor financeiro do BNDES, Pedro Bodin, fizeram uma apresentação com os principais dados das empresas que estão na lista da privatização, abrangendo os setores petroquímico, de fertilizantes e siderúrgico. O presidente do BNDES informou aos participantes que vai levar ao presidente da República, nos próximos dias, propostas para que também o Lloyds, empresa de navegação, e a Acesita (controlada pelo Banco do Brasil)

componham a lista das privatizáveis e, além disso, afirmou que está em estudos a inclusão da Embraer, da Celma (empresa estatal que fabrica turbinas de aviões), além da Light e da Ecelsa, duas concessionárias deaenergia elétrica que estão sob controle do governo federal, o que viria ampliar ainda mais a lista.

CAPITAL ESTRANGEIRO

Os presentes ao seminário quiseram saber qual a restrição que havia para a participação do capital estrangeiro no programa de privatização e Modiano indicou que a lei é, neste ponto, muito flexível, mas até do que as legislações francesa e inglesa. O capital estrangeiro pode assumir até 40% do capital votante da empresa estatal que está sendo privatizada, enquanto em outros países o limite vai às vezes a 15%.

As primeiras cinco empresas a serem privatizadas passam agora pela fase do edital que vai definir o nome da instituição gestora do processo de privatização de cada uma. Depois de

definido o nome do gestor do processo, essa instituição ou empresa escolhida terá de 90 a 120 dias para apresentar todo o projeto de venda, de avaliação de patrimônio e a montagem do sistema de distribuição de capital. Só depois é que o leilão de privatização poderá ser marcado.

EMPRESAS SIDERÚRGICAS

Modiano estimou que o primeiro leilão de venda de ações venha a ocorrer em janeiro ou fevereiro do próximo ano. "Nem muito depressa nem muito devagar." Ele prevê que as empresas siderúrgicas, a Companhia Siderúrgica de Tubarão (CST) e a Usiminas, serão as primeiras efetivamente privatizadas pelo governo.

Ambas estão associadas hoje a capital estrangeiro, mas o presidente do BNDES deixou claro à platéia no seminário que os japoneses (sócios da CST e da Usiminas) e os italianos (associados à CST) não terão tratamento privilegiado no processo de privatização.